



Autonomia Produtiva, Agroecologia e Design: cocriando narrativas visuais com o MST

Productive Autonomy, agroecology and design: co-creating visual narratives with the MST

Andreyana Lima¹, Raquel Noronha²

¹Universidade Federal do Maranhão, Graduanda, andreyana.gsl@discente.ufma.br

²Universidade Federal do Maranhão, Doutora, raquel.noronha@ufma.br

Resumo. *Este artigo relata uma ação extensionista de design participativo realizada com a COOCAMBP, cooperativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com foco na cocriação de uma identidade visual alinhada à agroecologia, à territorialidade e à autonomia produtiva. A metodologia adotada foi qualitativa, descritiva e aplicada, estruturada em círculos de cultura que envolveram ferramentas como estrela de valor, desenhos autorais e folha de referências visuais. A experiência revelou não apenas os potenciais do design como mediação simbólica e política, mas também os seus limites em contextos de luta. O design foi compreendido como prática situada, onde visualidade e pertencimento se entrelaçam como formas de resistência. O artigo analisa os processos de escuta, mediação e construção coletiva, destacando o papel do design na afirmação de narrativas camponesas em contraponto ao agronegócio.*

Palavras-chave. *design participativo; territorialidade; agroecologia; autonomia.*

Abstract. *This article presents a participatory design extension project developed with COOCAMBP, a cooperative from Brazil's Landless Workers Movement (MST), focusing on co-creating a visual identity aligned with agroecology, territoriality, and productive autonomy. The methodology was qualitative, descriptive, and applied, structured around culture circles involving tools such as the value star, authorial drawings, and visual cheat sheet. The experience demonstrated the potential of design as symbolic and political mediation, while also revealing its limitations in contexts of resistance. Design was understood as a situated practice where visibility and belonging intertwine as forms of resistance. The paper analyzes listening, mediation, and collective construction processes, emphasizing design's role in affirming campesino narratives against agribusiness.*



Keywords: *participatory design; territoriality; agroecology; autonomy.*

1 Introdução

Para confluírem no diálogo entre a inserção no mercado e uma produção agroecológica, as narrativas sobre os modos de produção e as práticas políticas de resistência de assentados do MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra - são elementos fundamentais e precisam ser compartilhados em seus processos de comunicação. Para que os produtos dos assentamentos sejam comercializados, devem carregar consigo a história e a rastreabilidade de sua produção, como elementos diacríticos de uma produção agroecológica, que busca nas tecnologias contemporâneas e nos saberes localizados os meios para se posicionarem no mercado de alimentos, diferenciando-se da produção do agronegócio. Assim, os valores relacionados à territorialidade, à sustentabilidade e ao comércio justo devem, de alguma forma, fazer parte deste processo dialógico.

Neste contexto, este artigo relata um processo de design participativo entre um grupo de pesquisas que fora acionado pelo MST, no ano de 2024, para construírem as bases de um processo de comunicação visual de tal produção, na forma de um projeto extensionista e como tal processo propicia a construção de narrativas sobre a territorialidade. A prerrogativa, na construção desta relação, é que entre os oito grupos que seriam contemplados nesta ação, participassem ativamente na construção das narrativas sobre seus produtos e formas de produzir, envolvendo cultivo de frutas, legumes, verduras, produtos derivados do extrativismo do coco babaçu, entre outros.

Ao longo da ação de campo, que se desenvolveu entre maio e dezembro de 2024, realizamos práticas cocriativas nos assentamentos selecionados para esta atividade, provocando a participação por meio de ferramentas de design participativo adaptadas para este fim. O desenho de marcas visuais com estes grupos, e de sistemas de embalagens e outros pontos de contato das marcas envolveram apresentação dos produtos e da produção por parte dos trabalhadores assentados, debates e cocriação de desenhos coletivos, a utilização de folha de referências para a visualização das marcas do mesmo segmento de negócios sociais. A abordagem da ação já havia sido desenvolvida em outros momentos no Grupo de pesquisas Narrativas em Inovação, Design e Antropologia com outras comunidades (Souza e Noronha, 2021), e a ênfase, aqui, não será neste relato em si, mas em como o processo participativo propicia e emersão de elementos que constroem a ideia de território.

Nosso entendimento é afetado pelo o de Nêgo Bispo (2023): aqui, o território não se restringe a uma delimitação geográfica, mas também engloba um pensamento que afirma que o território não é apenas um lugar onde se vive, mas um espaço de interações vivas, onde os saberes ancestrais e a memória coletiva se manifestam. Aqui apresentamos um caso específico, realizado na COOCAMBP - Cooperativa Mista de Camponeses e Camponesas da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária dos Territórios do Baixo Parnaíba e dos Cocais.



Entre os embates cotidianos para reprodução material e simbólica destes assentamentos, para a permanência da produção da agricultura familiar frente ao agronegócio, apresentaremos diálogos, desenhos, decisões e materializações destas construções de narrativas. O artigo constitui-se de um item teórico, em que apresenta os conceitos de narrativa, território e territorialidade, e design participativo orientado à superação de relações coloniais e hierárquicas entre participantes, a partir dos conceitos de autonomia e uma caracterização dos princípios e valores do MST; um item de abordagem metodológica, que apresenta como as ações foram realizadas nos territórios, as ferramentas e apresenta cada uma delas; um item que apresenta um caso específico, de cocriação com a COOCAMBP - Cooperativa Mista de Camponeses e Camponesas da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária dos Territórios do Baixo Parnaíba e dos Cocais - e os resultados em que confluem as percepções, falas, desenhos e construções visuais de narrativas sobre o MST, o território e a comercialização de produtos, envolvendo nossos debates e reflexões sobre tais processos. Finalmente, apresentamos as considerações finais sobre esta ação extensionista, refletindo sobre como a autonomia e a participação radical se constituem como elementos fundamentais para a sustentabilidade de um processo de design.

2 Design Participativo e Território

Desde sua origem nos anos 1970, o Design Participativo (DP) propõe-se a ser uma forma de reconhecer e estimular a participação ativa e promover a horizontalidade no âmbito projetual, onde todos os saberes-fazer são compartilhados mutuamente. Segundo Spinuzzi (2005, p.5) "O objetivo do design participativo não é apenas compreender empiricamente a atividade, mas também simultaneamente visualizá-la, moldá-la e transcendê-la de maneiras que os trabalhadores consideram positivas.". Nesse sentido, o DP é essencial para apoiar um processo de aprendizagem mútua entre diversos participantes na 'reflexão-na-ação' coletiva (Robertson e Simonsen, 2012). Por esse prisma, o design participativo se distancia de práticas projetuais tradicionais - nas quais o designer atua como único agente de tomada de decisões - e propõe uma construção coletiva, na qual há a valorização de todos os saberes tácitos dentro do desenvolvimento do projeto.

Essa prática se fortalece especialmente em contextos nos quais a identidade cultural e territorial desempenha um papel central na construção de soluções visuais. O ato de projetar coletivamente não só assegura que as realidades locais estejam bem representadas como fortalece os laços comunitários e fomenta o senso de pertencimento. Essa conformação é particularmente importante em territórios de resistência, como os assentamentos do MST, onde a luta pela terra está intrinsecamente ligada com a identidade de sua comunidade, desvinculadas da lógica hegemônica do agronegócio.

Nos assentamentos do MST, a noção de território está diretamente ligada à luta pela terra e à continuidade de modos de vida que rompem com a lógica do agronegócio. Assim, o território não é um espaço de neutralidade, mas que carrega consigo histórias de resistência, formas de organização coletiva e modos de produção sustentáveis que se



contrapõem aos modelos de exploração capitalista. Dessa forma, a identidade territorial não se trata apenas de possuir terras, mas pelo uso e relação que as comunidades constroem com ela (Saquet e Sposito, 2008).

Ao ser conduzido com pessoas que vivem nesse contexto de luta pela terra, memória e soberania, o design participativo não pode ser apenas uma ferramenta metodológica de inclusão, mas precisa ser compreendido como uma prática epistemológica contra-hegemônica. Isso exige ir além das abordagens eurocêntricas clássicas da disciplina e se aproximar de vozes e saberes do Sul Global que pensam o design a partir de suas realidades, como propõem Escobar (2016), Cusicanqui (2020), Nêgo Bispo (2023) e Noronha (2023). Como argumentam Winschiers-Theophilus et al. (2021, p. 7, tradução nossa), a decolonização no design participativo implica reconhecer que “não se trata apenas de convidar pessoas para participar de um projeto externo, mas de aceitar ser convidado por elas a entrar em seu mundo e dialogar com seus modos de existência.” Assim, a participação deixa de ser uma técnica de facilitação e passa a ser um ato relacional e ontológico, no qual múltiplos mundos - ou pluriversos - coexistam e interajam, sem que um se sobreponha ao outro.

O modo de pensar colonial por vezes tenta desterritorializar comunidades tradicionais ao impor modelos de desenvolvimento que excluem e inferiorizam os modos de vida locais. Na lógica de desenvolvimento ocidental existe um entendimento equivocado de que é preciso desvincular os povos de seu território e de suas práticas ancestrais, uma visão carregada de colonialidade que escolhe ignorar que o verdadeiro desenvolvimento acontece na relação orgânica e respeitosa com a terra (Bispo dos Santos, 2023). Essa lógica colonial tenta a todo momento subjugar e colocar aqueles que se opõem a esse modelo de sociedade no ostracismo, ratificando essa assertiva o pensamento de Escobar (2016, p. 15, tradução nossa): “O desenvolvimento tem sido uma máquina de homogeneização, destruindo ecossistemas e formas de vida em nome do progresso.” O capitalismo global transforma comunidades em meros mercados e consumidores, destruindo laços sociais e ecológicos “Os sem-terra do MST estão sendo sujeitos de um movimento que acaba pondo em questão o modo de ser da sociedade capitalista atual e a cultura reproduzida e consolidada por ela.” (Caldart, 2001, p. 69).

É nesse ponto que a crítica de Silvia Rivera Cusicanqui (2020) se torna crucial. Para ela, o pensamento decolonial deve ir além da retórica acadêmica e se enraizar nas práticas cotidianas das comunidades, valorizando os saberes ancestrais que resistem ao processo de homogeneização colonial. Rivera Cusicanqui propõe o conceito de *ch'ixi* como uma metáfora para a coexistência de lógicas distintas - modernas e não modernas - sem que uma elimine a outra: “Trata-se de repudiar a separação entre o pensar acadêmico e a reflexividade diária da gente de carne e osso.” (Rivera Cusicanqui, 2020, p. 86).

Essa perspectiva reforça a importância de práticas como o design participativo serem enraizadas em epistemologias vivas, que reconhecem a potência do cotidiano como espaço de produção de conhecimento, e não apenas como um campo de intervenção técnica. Nesse sentido, o cuidado, o corpo, o território e a memória devem ser integrados aos processos projetuais como elementos fundamentais - não decorativos



- na construção de futuros alternativos. Portanto, partindo de uma perspectiva decolonial, o design participativo deve ser compreendido como um espaço de reexistência - conceito cunhado por Nêgo Bispo -, no qual a visualidade, os símbolos e os signos transpõem a simples representação e passam a produzir mundos e modos de vida que resistem ao capitalismo cognitivo (Izídio et al., 2023) e à monocultura do saber (Sodré, 2012, p. 20).

Assim, não se trata apenas de escutar o outro, mas de reconfigurar o lugar de fala no projeto, reconhecendo que os assentados são autores e produtores de conhecimento projetual, com suas próprias formas de fazer, viver, contar e pensar (Farias e Noronha, 2024). Fazer design é também contar histórias, as práticas de uma comunidade carregam seus saberes, memórias, afetos e modos de existência, nesse sentido, a narrativa aqui se torna uma ferramenta que permite a criação de mundos, atuando como um meio de resistência, de especulação de futuros e de reconstrução de vínculos identitários (op.cit.).

3 Autonomia Produtiva e Sustentabilidade: o lugar da agroecologia

O conceito de autonomia é um tema muito presente em debates relacionados a comunidades e movimentos sociais, por vezes o termo é associado à ideia de participação social, em outros casos se vincula à ideia de ampliação da participação política no que tange à descentralização e desconcentração do poder (Martins, 2002). O antropólogo Arturo Escobar (2016) defende em seu livro *Autonomía y diseño - la realización de lo comunal*, o pensamento de que autonomia não se refere apenas à independência política, mas a um modo de vida baseado em auto-organização, comunalidade e sustentabilidade.

A autonomia produtiva é um dos pilares fundamentais da luta dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Aliaga e Maranhão (2021) argumentam que mais do que uma simples posse de terra, essa autonomia implica o direito de produção de forma independente, sem a dependência de insumos industriais, sementes transgênicas ou cadeias de distribuição controladas pelo agronegócio. A autonomia é um processo contínuo de resistência, não um estado fixo, assim quando se pensa na luta do MST, a agroecologia tem sido central para a consolidação de um modelo produtivo baseado na sustentabilidade, na soberania alimentar e na valorização dos saberes tradicionais.

A agroecologia, enquanto prática e ideologia, rompe com o modelo de produção capitalista ao substituir a lógica de monoculturas voltadas para exportação por sistemas diversificados, que respeitam os ciclos naturais e garantem a produção de alimentos saudáveis para as comunidades (Aliaga e Maranhão, 2021). Para além de um conjunto de técnicas agrícolas, a agroecologia é uma estratégia política que busca fortalecer a soberania dos assentados. Esse tipo de prática é essencial para romper com a lógica capitalista de exploração desenfreada, que constantemente depende da natureza para obter lucro, mas ao mesmo tempo exaure recursos sem que haja limites. Tendo em vista que o sistema capitalista esvazia a participação popular e concentra o poder nas mãos de poucos, o MST desenvolveu a agroecologia como eixo estruturante de sua atuação, buscando garantir não apenas a produção sustentável, mas também o acesso à educação



ambiental e à formação técnica para os assentados.

À vista disso, a compreensão de sustentabilidade, por sua vez, não se limita a uma dimensão ecológica, mas está diretamente relacionada à construção de redes sociais e produtivas resilientes. Apesar de existir uma visão tradicional de sustentabilidade, como a de Sachs (2002), na qual eflui por meio de definições que apontam três categorias - a ambiental, a social e a econômica - que segundo o autor se expandem para: cultural, social, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política, nacional e internacional. Sabe-se que o panorama visto na contemporaneidade apresenta um distanciamento desses pensamentos e destaca uma relação permeada de conflitos entre homem e natureza dada sua superexploração. Quando se trata do MST, a sustentabilidade se dá por meio da construção de modelos cooperativos que buscam fortalecer a organização comunitária e abrem margem para uma produção e distribuição de alimentos que se distancia das lógicas de exploração do capitalismo predatório. Dessa forma, a sustentabilidade se torna um conceito inerente a autonomia produtiva, pois garante a continuidade dos assentamentos e a manutenção dos seus modos de vida sem dependência de grandes corporações.

Nancy Fraser (2024) discorre sobre o capitalismo contemporâneo em sua obra "Capitalismo Canibal" na qual a autora faz uma análise crítica desse sistema e argumenta que ele se alimenta e degrada seus próprios pilares de sustentação, incluindo a democracia, o meio ambiente e o cuidado social: "O capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas um modo de vida que engole e deteriora as condições possíveis para sua própria existência" (Fraser, 2024, p. 16). Esse sistema resulta na degradação do meio ambiente e na fragilização das comunidades, ao torná-las dependentes de insumos e cadeias produtivas externas. A autora justifica que, longe de ser um sistema equilibrado, o capitalismo é parasitário, explorando e degradando as bases que o mantêm e propõe que o enfrentamento desse sistema predatório é preciso que haja uma compensação estrutural e a criação de alternativas que priorizem o bem-estar coletivo em detrimento do lucro.

Uma das alternativas pautadas nesse enfrentamento é proposta por Escobar (2016). O antropólogo preconiza um design voltado para a autonomia, como uma forma de estabelecer processos colaborativos, não hierárquicos, buscando dessa forma a sustentabilidade em comunidades e defendendo que membros dessa comunidade, em práticas colaborativas, possuem autonomia para praticar o design de si mesmos, resgatando seus valores culturais, suas territorialidades e seus conhecimentos ancestrais.

No caso do MST, essa perspectiva se reflete não apenas na adoção da agroecologia como prática, mas também na construção de narrativas visuais que expressam a identidade e os valores dos assentados. A identidade visual do COOCAMBP, construída por meio do design participativo, fortalece essa autonomia, ao dar visibilidade à produção camponesa e tangibilizar o seu vínculo com o território. O design, nesse contexto, perpassa os limites de ferramenta estética e se expande para se tornar um instrumento político e econômico, capaz de colaborar para a comercialização de produtos agroecológicos, reforçando sua presença no mercado de forma emancipatória e sustentável.



Por fim, a construção de autonomia produtiva e sustentabilidade nos assentamentos do MST se apresenta como uma forma de se contrapor ao modelo hegemônico do agronegócio, que assola a região onde se situou essa ação extensionista. A sustentabilidade, a partir das abordagens de cocriação com comunidades, contemporaneamente, é uma prática multidimensional e que se relaciona profundamente com a produção de autonomia para as pessoas de um território. O fortalecimento das cooperativas e a valorização dos produtos da reforma agrária demonstram que é possível produzir alimentos saudáveis, gerar renda e, ao mesmo tempo, preservar os recursos naturais. O design, ao integrar-se a esse processo, atua como um aliado estratégico na construção da identidade territorial e na ampliação da visibilidade dos produtos agroecológicos, reforçando os laços entre sustentabilidade e resistência camponesa.

4 Metodologia

Este artigo se baseia em uma ação qualitativa, de caráter descritivo e aplicado, com o objetivo de compreender e documentar o processo de design participativo no contexto da COOCAMPB, assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A ação extensionista buscou evidenciar como o design pode atuar como aliado no fortalecimento da identidade territorial e na promoção de autonomia produtiva de um cooperativa frente ao agronegócio.

A metodologia adotada foi inspirada em práticas de codesign realizadas em contextos de economia solidária (ocultado para revisão), aliando escuta ativa, criação conjunta e valorização de saberes situados nos territórios. A ação extensionista foi estruturada em três etapas principais: (1) planejamento das atividades e aproximação com o território e a cooperativa; (2) realização de círculos de cultura a partir da conceituação de Freire (1987) com os assentados, baseadas em ferramentas colaborativas; e (3) análise interpretativa do material produzido, sistematizado em forma de identidade visual e devolutiva para os participantes. A figura 1 abaixo detalha as etapas metodológicas:

Figura 1 - Etapas metodológicas

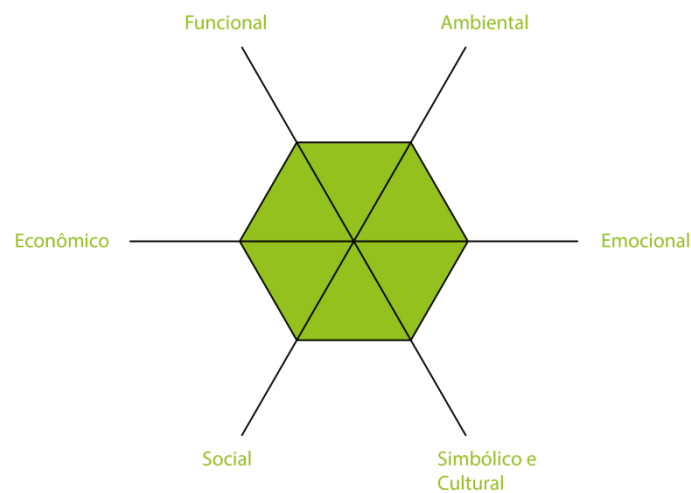


Fonte: Dos autores, (2025)



Durante as oficinas realizadas no território, foram utilizadas ferramentas visuais e mediativas, adaptadas para possibilitar um processo projetual acessível e democrático. Como a Estrela de Valor (Krucken, 2009), na Figura 2 abaixo:

Figura 2 - Estrela de valor



Fonte: Krucken, (2009)

Essa ferramenta é inspirada na proposta de Krucken (2009), que possibilita a reflexão coletiva sobre os diversos valores atribuídos à produção da cooperativa (funcional, emocional, ambiental, simbólico-cultural, social e econômico). O exercício foi realizado a partir da escuta ativa dos assentados, sendo preenchido pela equipe com base nas falas e reflexões coletivas. Além disso, utilizou-se a folha de referências visuais¹ (Lacombe; Heilborn, 2003) que consiste na apresentação de painéis visuais contendo marcas de empreendimentos sociais, cooperativas e até marcas do agronegócio, a fim de estimular o diálogo sobre linguagem visual, representação e diferenciação. Abaixo o folha de referências visuais usado na ação extensionista:

¹ Optou-se por substituir o termo *benchmarking* por “folha de referências visuais” ao longo da ação extensionista, com o intuito de evitar o uso de terminologias associadas ao campo mercadológico. A mudança busca alinhar a linguagem aos princípios político-pedagógicos do projeto e ao contexto em que a ação está inserida.



Figura 3 - Folha de referências visuais



Fonte: Dos autores, (2024)

Após a exposição inicial, o material foi retirado para evitar replicações diretas e estimular a criação genuína dos participantes nos desenhos coletivos. Ali os participantes foram convidados a expressar graficamente como imaginavam a marca da cooperativa. A seguir fotos desse momento:

Figuras 4 e 5 - Momento dos desenhos



Fonte: Dos autores, (2024)

Essa prática funcionou como ferramenta de expressão simbólica e emocional, gerando debate, interação e reflexões sobre pertencimento e representação. Ao final da oficina, foi realizado um momento de escuta, em que os participantes compartilharam as ideias contidas nos desenhos e selecionaram elementos que deveriam compor a futura



identidade visual da cooperativa. Paralelamente, foi realizada uma capacitação breve com um grupo de assentados sobre uso do Canva e princípios básicos de design, voltada para a gestão das redes sociais da COOCAMBP.

A análise do material gerado foi feita por meio de interpretação qualitativa e estudo de caso, buscando captar os sentidos atribuídos pelos participantes às imagens e conceitos compartilhados. A metodologia utilizou a triangulação de dados (MINAYO, 2002), cruzando os registros de campo, as representações gráficas e os discursos dos cooperados. Essa estratégia permitiu maior confiabilidade na investigação e reforçou o caráter coletivo e situado do processo de construção da identidade visual..

5 O Caso COOCAMBP

Antes de realizar a parte prática da ação, foi realizada uma imersão teórica sobre design participativo, territorialidade e questões éticas na prática do design, esse momento foi realizado no NIDA e serviu para compreender melhor os desafios e potencialidades da construção de uma identidade visual coletiva assim como ter um contato com as práticas de confluências de Nêgo Bispo, que foram abarcadas nesse contexto de ação com o intuito de construir coletivamente sem instrumentalizar os co-pesquisadores que vivem no assentamento. A preparação incluiu o levantamento bibliográfico, a definição e criação dos instrumentos de coleta de dados e o planejamento das atividades a serem desenvolvidas com os assentados.

A jornada até o assentamento já antecipava os desafios e contradições que estão atrelados à luta pela terra no Brasil. Antes da chegada ao destino atravessamos um território completamente dominado pelo Agronegócio, com uma paisagem (Figura 6) marcada por extensas monoculturas de soja, campos homogêneos que se estendiam até onde a vista alcançava.

Figura 6 - Desertos de monocultura do agronegócio



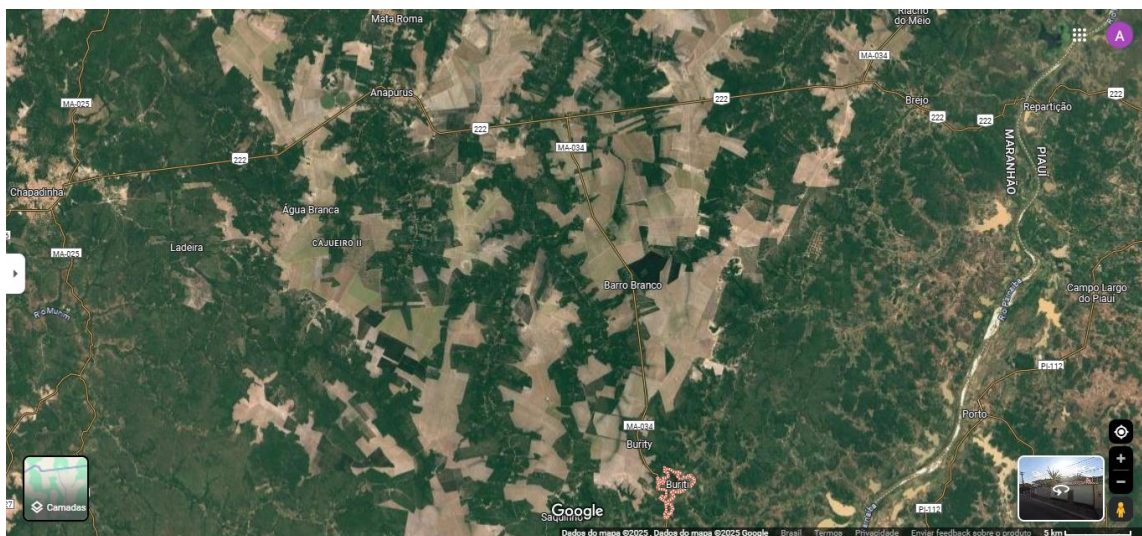
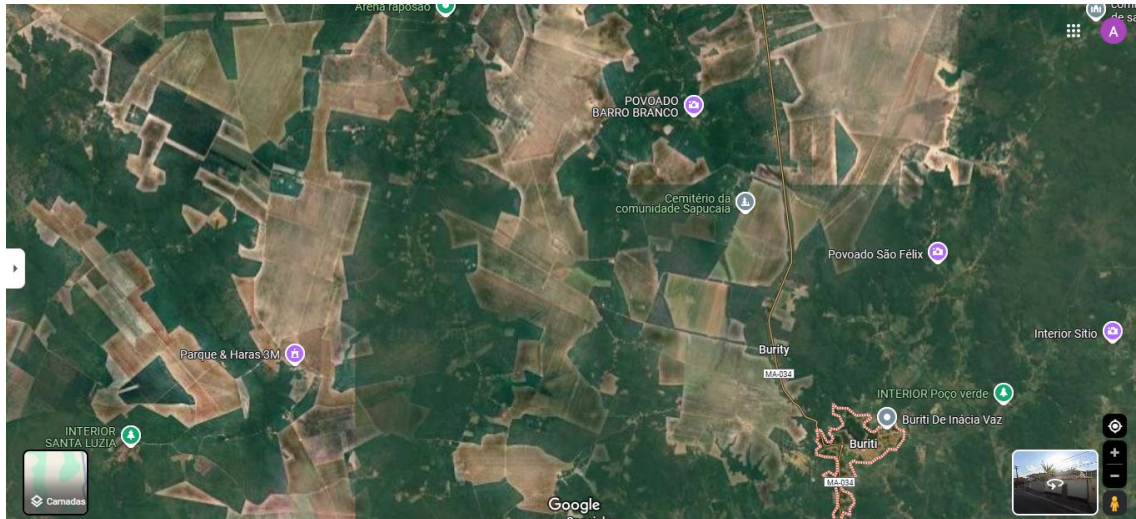
Fonte: Dos autores, (2024)

Não havia diversidade, não havia vida aparentemente - apenas um imenso deserto que se estendeu por horas a fio durante a viagem, todo aquele espaço moldado à lógica de produção em larga escala e da monocultura. A experiência foi angustiante, a ausência de vegetação nativa, a falta de pequenos produtores e a sensação de enclausuramento e impotência diante da vastidão dessas plantações evidenciaram a dimensão da dominação do Agronegócio na região do Baixo Parnaíba. As árvores eram



raras e a sensação de vazio e controle territorial era intensa. As imagens de satélite da região, proporcionam a visualização do impacto da monocultura extrativista na paisagem, com a desertificação da região (Figura 7):

Figura 7 - Imagens de satélite da desertificação



Fonte: Google Maps, (2025)

O contraste com o que foi encontrado no assentamento se tornava ainda mais evidente: de um lado, um modelo de produção baseado na exploração intensiva da terra; do outro, a construção de uma alternativa agroecológica e coletiva, resistente a esse sistema predatório.

A chegada ao assentamento Belém foi um momento crucial para estabelecer conexões com a comunidade. Diferente do deserto monocultural, ali encontramos um espaço vivo, diverso, marcado pela agroecologia e pela organização coletiva. Fomos recebidos com hospitalidade pelos assentados e pela equipe da cooperativa, que demonstraram grande interesse pelo projeto. Desde o primeiro contato, ficou claro que a construção dessa identidade visual precisaria respeitar os valores e a história do



**X Simpósio
de Design
Sustentável**
Mundos por vir_

X SDS 2025 - Sustainable Design Symposium

**3 a 5
DEZ
2025**

São Luís - MA



assentamento, garantindo que a marca representasse a luta e os princípios do movimento.

Antes de iniciarmos as atividades, tivemos breves conversas com a comunidade onde os assentados compartilharam suas experiências, desafios e expectativas, e essa troca foi essencial para compreendermos as dinâmicas internas da comunidade e os significados simbólicos que deveriam ser incorporados na identidade visual. A escuta ativa e o reconhecimento dos assentados como sujeitos produtores de conhecimento foram fundamentais para guiar cada etapa do trabalho. A atuação da equipe foi orientada por uma postura ética e corresponsável, inspirada nas práticas de confluências propostas por Nêgo Bispo (2023), compreendendo que o fazer não se separa do viver, e que conhecimento se constrói na relação contínua entre pessoas e territórios, tanto no momento do compartilhamento das refeições, como no acolhimento em suas casas para dormirmos.

Durante a oficina realizada, buscou-se criar um ambiente de confiança e acolhimento, permitindo que os participantes se sentissem à vontade para compartilhar suas ideias, desejos e inquietações. A oficina foi desenvolvida um dia e contou com a presença de membros da cooperativa e assentados de diferentes idades. Iniciamos com uma conversa coletiva sobre as percepções de valor da COOCAMBP, momento em que emergiram reflexões sobre a importância da cooperativa para a autonomia produtiva, o fortalecimento do território e a comercialização dos produtos agroecológicos. A partir dessa conversa, foi utilizada a ferramenta estrela de valor, que mesmo tendo sido preenchida posteriormente pelos pesquisadores, baseou-se integralmente nas falas e vivências dos participantes. A ferramenta permitiu captar os valores atribuídos à cooperativa sob múltiplas dimensões — afetiva, simbólica, ambiental, funcional, social e econômica (Kruken, 2009). A figura 8 é a estrela de valor preenchida e organizada após o retorno do campo. Tal recurso permite a nossa visualização dos principais temas e percepções acionadas nas conversas.



Figura 8 - Estrela de valor preenchida



Fonte: Krucken, (2009)

Em seguida, foi realizada uma breve apresentação de referências visuais, com o objetivo de estimular o olhar crítico sobre linguagem gráfica, diferenciação simbólica e comunicação popular. Posteriormente, esse material foi recolhido pelas pesquisadoras, para evitar influências diretas nas criações gráficas dos participantes. Os assentados foram então convidados a realizar desenhos autorais, representando como imaginavam a marca da cooperativa. Cada proposta visual foi apresentada ao grupo, junto às narrativas que a sustentavam. Nesse momento, surgiram discussões espontâneas sobre pertencimento, ancestralidade, agroecologia e orgulho coletivo como exemplificam algumas das falas:

“Aqui nas bordas seria o nome da cooperativa e aqui eu coloquei três locais para colocar três fotos com os agricultores e com a produção, né? Aí pode ser do arroz, do milho, da hortaliça... e aqui o plano de fundo a área de produção, entendeu? Mais direcionado pra essa questão. Aqui a parte das pessoas, que eu falei anteriormente, e aqui representando mais o geralzão.”

“Mas que o carro chefe aqui não seria o pequi, mas sim um canteiro de cheiro verde que vocês tão vendo aqui. Aqui eu coloquei tudo o que a gente produz na cooperativa, nos acampamentos e assentamentos, né? O cheiro verde, o milho, a melancia...”

“Aqui eu fiz nós, tem muita gente, que não pode faltar no trabalho e aqui é o campo que a gente pode plantar muitas coisas, né? Aqui é melão e aqui é árvore, que é uma coisa que não pode faltar na nossa propriedade.”

“Aqui o nome da cooperativa, aqui seria com o nome ou com a bandeira



do MST na parte superior. Essa parte dos círculos aqui seria pra dividir o nome da cooperativa e a parte dos alimentos.”

Essas falas revelam um entendimento profundo do território como espaço de vida, de produção e de relações comunitárias e a construção do conhecimento compartilhado, por meio do fazer, do desenho, reforça o potencial da abordagem do design participativo. Os desenhos demonstram como os assentados mobilizam visualidades afetivas e cotidianas para expressar valores como coletividade, agroecologia, autonomia e resistência (figuras 9, 10, 11 e 12). Nesse contexto, a imagem não cumpre apenas uma função estética: é uma afirmação política.

Figuras 9, 10, 11 e 12 - Momento de apresentação dos desenhos



Fonte: Dos autores, (2024)

Os desenhos, para Ingold (2013), não se configuram como representações de pensamentos preexistentes, mas como um modo de pensar em si mesmo. Através do desenho, as pessoas são mobilizadas a produzir narrativas visuais em diálogo as próprias vivências que estão afetando e sendo afetadas por aquela ação, estabelecendo articulações entre seus imaginários contextualizados e as dinâmicas de continuidade e transformação inerentes aos seus próprios conhecimentos. Assim, os desenhos coletivos funcionaram como forma de enunciação simbólica e política, articulando os saberes locais com a memória da luta e da resistência. Como apontam Farias e Noronha (2024, p. 2), "o fazer projetual em contextos decoloniais parte da escuta e da partilha, reconhecendo os sujeitos como criadores de mundos e não como receptores de soluções



externas". A etapa final da oficina contou com a criação de um pequeno grupo responsável pela comunicação da cooperativa. Ainda como atividade da oficina, uma equipe de comunicação foi indicada pelo coletivo, e este grupo recebeu uma formação breve em design para comunicação popular e uso do *software* Canva, visando ampliar a autonomia comunicacional da COOCAMBP e permitir que as produções gráficas futuras continuem enraizadas no território e em seus próprios repertórios.

A experiência revelou que, mais do que desenvolver uma marca, o processo favoreceu a construção de uma identidade visualizada (Farias; Noronha, 2024), coletiva e situada — construída com o território e não sobre ele. A atuação dos assentados como coautores reafirma o que Bispo dos Santos (2023) chama de reexistência: a criação de formas de viver e narrar que resistem à monocultura do saber e reafirmam o direito de ser a partir do lugar que se habita. Ao deslocar o papel das designers como protagonistas do projeto e posicionar o território como centro, o processo se torna também uma prática epistemológica contra-hegemônica (Escobar, 2016; Winschiers-Theophilus, 2025; Farias e Noronha 2024), que reimagina o design como ferramenta de luta e afirmação coletiva. Com isso, chegamos a uma construção coletiva que trouxe todos os símbolos representados nos desenhos e as narrativas presentes nas falas dos assentados a uma representação gráfica satisfatória.

Não é o intuito deste artigo entrar no processo de criação da marca em si, mas o entendimento de como tais confluências em campo oportunizam o direcionamento de narrativas sobre o próprio território. Os resultados abaixo (Figura 13) foram compartilhados e analisados em uma sessão online de discussão, já que não havia mais recursos para a realização de uma nova visita aos territórios².

Figura 13 - Projeto gráfico apresentado



Fonte: Dos autores, (2024)

² Dos oito grupos onde realizamos esta ação, em quatro conseguimos realizar o compartilhamento das soluções gráficas de forma presencial. Efetivamente o processo é mais rico, contudo as contingências financeiras nos impediram de realizar o debate presencial até o final. Como estratégia de continuidade do projeto, criamos oito grupos de WhatsApp com as equipes de comunicação de cada assentamento para dar continuidade e assessoria ao processo de disseminação de conteúdos textuais e visuais nas redes sociais, mantendo a aliança com os grupos.



A apresentação do sistema de identidade visual finalizado à comunidade representou um momento importante de retorno e negociação. Como os assentados participaram ativamente da construção conceitual, a recepção foi bastante positiva: muitos relataram se sentirem representados pelas escolhas gráficas e simbólicas, o que reforça a potência do design participativo enquanto mediação coletiva. Durante esse encontro, surgiram sugestões de ajustes, como o desejo de dar mais ênfase aos pinheiros, que tem um forte significado de cooperativismo. Após debate, a sugestão mais aceita foi a de aumentar ligeiramente seu tamanho e ajustar sua cor para destacá-los visualmente. Além disso, a representação das frutas nativas, dos vegetais e a paleta de cores escolhida também foram bem recebidas, reconhecidas como elementos identitários do território. Esses retornos demonstram que o projeto não se encerra em si mesmo, mas continua vivo e disponível para ser reconfigurado pelas mãos e vozes da comunidade.

6 Reflexões e Análises

A experiência vivenciada com os assentados revelou a potência do design participativo enquanto prática situada, que transpõe a dimensão técnica do projeto para se afirmar como um instrumento político, simbólico e territorial. Ao longo do processo tornou-se evidente que projetar com - e não para - comunidades em luta exige a disposição de escutar, descentrar e construir coletivamente, de modo que haja um certo deslocamento metodológico e ético para que pudesse se construir uma identidade que não se restringia a uma expressão gráfica, mas que fosse uma expressão coletiva das relações entre território, memória, narrativa e resistência. Como aponta Cahét (2023, p. 85), “a experiência de projeto em práticas colaborativas se dá, portanto, na partilha de um tempo e de um espaço, de saberes e de vivências entre os participantes da ação”, revelando que esse envolvimento interpessoal é um componente vital do design situado.

O uso de ferramentas como Estrela de valor e desenhos autorais, aliado ao tempo de convivência e escuta ativa, possibilitou a materialização de significados que muitas vezes não cabiam em palavras, especialmente no tempo de convivência informal, no cotidiano de nossas visitas. Os assentados foram acolhidos como co-pesquisadores e co-autores, e não como meros “usuários” do serviço de design, e tal abordagem está em consonância com a proposta de Escobar (2016), na qual afirma que o design comprometido com a autonomia deve emergir das territorialidades, e não ser imposto como tecnologia externa ou neutra. Concomitantemente, também se conecta ao que Nêgo Bispo (2023) denomina de reexistência - processos de criação que mantêm vivos os modos de ser e fazer historicamente negados pelo modelo colonial capitalista.

Ainda assim, é preciso reconhecer que mesmo essas práticas não estão isentas de tensões. O design, mesmo predicado com intencionalidade crítica carrega consigo um histórico disciplinar de mediação, ordenamento e performance. Como problematiza Cahét (2023, p. 88), “o designer se depara com a complexidade dos arranjos sociais locais e com as diferentes lógicas de atuação, sendo necessário estar atento às tensões e às negociações que se dão nesse processo.”. Ao mesmo tempo em que o design atuou como ponto de encontro entre saberes gráficos e saberes do território, também esteve em constante risco de enquadrar, estetizar ou simplificar as experiências camponesas. Como



alertam os debates decoloniais no design (Winschiers-Theophilus, 2021), a aproximação com outras epistemologias exige vigilância constante para que a escuta não se transforme em tradução domesticadora. Nesse sentido, faz eco a observação de Cahét (2023, p. 90): “os saberes locais são múltiplos e muitas vezes invisibilizados pelas lógicas hegemônicas do design”.

Durante a oficina, as falas, desenhos e reações dos participantes demonstraram que a marca da cooperativa não poderia ser apenas um logotipo funcional. Ela precisava traduzir os vínculos com a terra, a coletividade, o saber agroecológico e a trajetória de luta. O design, nesse sentido, não foi entendido como solução, mas como mediação, como uma ponte — um campo de encontro entre saberes gráficos e saberes do território, entre visualidades e vivências. Ainda assim, vale reconhecer que toda mediação é também uma seleção — e, portanto, implica escolhas que poderiam, mesmo que involuntariamente, deixar outras vozes ou símbolos de fora. Como destaca Cahét (2023, p. 91), “ao se deslocar da centralidade do controle projetual, o designer pode atuar como um mediador que favorece o diálogo entre diferentes saberes e interesses”, corroborando o que mencionou Noronha (2012), como o deslocamento dos designers do centro, para o meio do processo criativo.

Como argumentam Winschiers-Theophilus et. al. (2025), o design decolonial parte do reconhecimento dos sujeitos como produtores de mundos, e não como destinatários de narrativas visuais legitimadas por fora. A criação da identidade visual, ao mesmo tempo em que estruturou elementos estéticos e funcionais, também provocou conversas e ativações políticas. Os assentados se viram refletidos na marca e, mais do que isso, se reconheceram como autores de uma visualidade que fala de si mesmos, de sua história, de sua organização e de seus valores. Como destacam Farias e Noronha (2024), “fazer coisas é contar histórias”, e no contexto do campo, essas histórias carregam séculos de resistência e reinvenção frente às tentativas de apagamento.

A análise da experiência também revelou a importância da formação e do acesso à ferramentas de comunicação por parte da própria comunidade. A oficina de capacitação com o grupo de comunicadores da cooperativa foi uma etapa fundamental para garantir a continuidade e a autonomia do processo, transformando o design em um meio de fortalecimento político e econômico, já que a cooperativa necessita comunicar não somente a narrativa de resistência mas também as qualidades de seus produtos, como serem frutos de trabalho familiar, agroecológico e com uso mínimo, tendendo a zero, de agrotóxicos, especialmente nas redes sociais, uma arena importante das disputas narrativas e políticas contemporâneas. Esse aspecto dialoga com a noção de sustentabilidade como continuidade relacional, proposta por Manzini (2008), mas, mais do que isso, se enraíza na prática de autonomia coletiva defendida pelo MST — na qual a comunicação não é apenas divulgação, mas instrumento de resistência.

A reflexão gerada pela imersão e pelo contato com o território reforça que qualquer prática de design situada em contextos de luta deve reconhecer sua própria posição no processo. Como sintetiza Cahét (2023, p. 94), “trata-se de uma ética que considera as relações, os afetos e as responsabilidades mútuas no processo de criação conjunta”. Não há neutralidade possível quando se projeta ao lado de um movimento



que desafia as estruturas fundantes do capitalismo rural brasileiro. Nesse contexto, o design precisa assumir sua vocação crítica e insurgente, comprometido não apenas em representar mundos, mas em participar ativamente de sua construção — consciente de que, mesmo assim, não deixará de ser atravessado por ambivalências.

7 Considerações Finais

O processo de construção da identidade visual da COOCAMBP apontou que o design, quando enraizado no território e construído de forma coletiva se torna uma ferramenta de afirmação política, simbólica e produtiva. Deslocando-se dos moldes tradicionais do design — onde ele se coloca apenas como uma solução estética ou comunicacional — o design participativo ancorado a princípios decoloniais se mostra capaz de traduzir visualmente modos de vida que resistem ao apagamento e à monocultura do capital. Contudo, a experiência também revelou que esse processo está longe de ser isento de contradições. Mesmo com práticas horizontais e participativas, o design carrega o risco de capturar a complexidade da vida camponesa em molduras visuais e narrativas que, ao buscar comunicar, também inevitavelmente editam e delimitam. Como evidencia Cahét (2023, p. 96), “a imagem não é neutra nem transparente: ela condensa interesses, escolhas, silêncios e narrativas”. Assim, mesmo quando produzida de forma colaborativa, toda identidade visual carrega consigo disputas de sentido e recortes.

A vivência no assentamento revelou que os sujeitos envolvidos — trabalhadores, assentados, cooperados — não são “beneficiários” de uma ação de design, mas protagonistas de suas próprias narrativas, dessa forma sua participação não foi simbólica ou consultiva, mas criadora: desenharam, contaram histórias, debateram e escolheram aquilo que melhor os representava. O resultado não é apenas um logotipo: é a visualização de uma trajetória coletiva de luta, pertencimento e reexistência. No entanto, é importante reconhecer que toda escolha envolve perda, e que a própria figura do designer ainda se move em um campo assimétrico de saberes e poderes — mesmo quando tenta se retirar do centro. Nesse sentido, Cahét (2023, p. 93) reforça que “o reconhecimento da assimetria não significa a sua naturalização, mas a construção de estratégias para tensioná-la e transformá-la em campo de diálogo”. Esse reconhecimento se mostrou fundamental para manter o processo aberto ao conflito e à negociação, em vez de buscar uma suposta harmonia artificial.

A prática metodológica adotada permitiu que o conhecimento emergisse da relação com o território e com os sujeitos, reconhecendo os saberes do campo como legítimos e fundamentais para a construção do projeto. O uso de ferramentas como a Estrela de Valor, os desenhos autorais e os momentos de escuta atenta não apenas revelaram valores e desejos, mas ativaram processos reflexivos dentro da própria comunidade. Nesse caso, a identidade desenvolvida com a COOCAMBP sintetiza as representações salientadas pelos próprios assentados, onde foram materializados símbolos do território, como elementos que representam a agricultura agroecológica, o senso de coletividade da comunidade e os frutos nativos do cerrado maranhense. Tal processo de tangibilização coletiva reitera a territorialidade ao englobar os valores da



comunidade ao design, rechaçando a padronização imposta pelo mercado. Mas, ainda assim, permanece o desafio: como garantir que essa visualidade continue viva, mutável, conectada ao tempo e à luta, e não se cristalice como uma representação fixa? Cahét (2022, p. 98), faz a seguinte colocação: “a construção da identidade visual é parte de um processo mais amplo de autoafirmação e de resistência simbólica, que não se encerra no produto final, mas se prolonga nas práticas cotidianas e nas relações sociais”.

Em um Brasil profundamente marcado pela desigualdade no acesso à terra, pela violência do agronegócio e pela invisibilização dos modos de vida camponeses, iniciativas como essa reafirmam a possibilidade de comunicar resistência, além disso o design pode ser parte desta luta, desde que esteja disposto a se transformar. Assim, pondo-se a escutar, a errar e a aprender, o design pode ser parte dessa luta. Mas para isso precisa se comprometer não apenas com a estética da resistência, mas com suas práticas, seus tempos, seus conflitos e suas reinvenções.

Como indagam Bispo dos Santos (2023) e Escobar (2016) a autonomia não se constrói apenas nas práticas produtivas, mas também nas formas de narrar, imaginar e se representar. A criação visual junto à COOCAMPB foi, antes de tudo, um gesto de pertencimento — não uma entrega de identidade, mas a abertura de um processo. Nesse sentido, a experiência relatada neste artigo aponta caminhos para práticas projetuais comprometidas com a transformação social. Que o design possa continuar sendo espaço de encontros entre mundos, sabendo que cada território é também um campo de disputas, e que toda imagem que diz “nós existimos, nós resistimos” precisa também abrir espaço para o que ainda está por vir.

8 Referências

Aliaga, L. A.; Maranhão, A. R. ***Agroecologia e autonomia no MST: práticas para o bem viver***. In: MORAIS, L.; RODRIGUES, L. (Orgs.). *O MST e a agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 137–160.

Bispo dos Santos, A. ***A terra dá, a terra quer: agroecologia, saberes e território***. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

Cahét, G. C. B. ***Design como prática situada: construções narrativas e colaborativas em contextos de resistência***. 2023. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

Caldart, R. S. ***O MST e a reforma agrária***. In: STÉDILE, J. P. (Org.). *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 55–78.

Cusicanqui, S. R. ***Un mundo ch'ixi es posible: Ensayos para un presente en crisis***. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

Escobar, A. ***Autonomía y diseño: la realización de lo comunal***. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.

Farias, L.; Noronha, R. ***Fazer coisas é contar histórias: mapeamento sistemático sobre o conceito de narrativa na dimensão do design e dos saberes artesanais***. Arcos Design, Rio



de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 102–122, 2024. DOI: 10.12957/arcosdesign.2024.78887.
Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/arcosdesign/article/view/78887>.

Fraser, N. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**. São Paulo: Anatomia Literária, 2024.

Freire, P. **Pedagogia do oprimido: Paz e Terra**, Rio de Janeiro, 1987

Ingold, T. **Fazer: antropologia, arqueologia, arte e arquitetura**. Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2013.

Izídio, L.; Noronha, R.; Farias, L.; Ferreira, G. **Contra narrativas epistemológicas no campo do design**. In: Anais do 15º P&D Design. *Pesquisa e Desenvolvimento em Design*, 2023.

Krucken, L. **Design e Território: práticas e estratégias para a regionalização do design no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2009.

Manzini, E. **Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: Edições Centro Brasil Design, 2008.

Martins, A. M. **Autonomia e gestão da escola pública: entre a teoria e a prática**. Campinas, 2001. Tese (dout.) Faculdade de Educação, Unicamp.

Minayo, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2002.

Noronha, R. **Design e insurgência: contra o extrativismo epistemológico**. In: Anais do Congresso da ABPEM, 2023.

NORONHA R. **Do centro ao meio: um novo lugar para o designer**. São Luís: Anais do P&D. 2012.

Robertson, T.; Simonsen, J. **Challenges and opportunities in contemporary participatory design**. *Design Issues*, v. 28, n. 3, p. 3–9, 2012.

Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP, 2008.

Sachs, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Sodré, M. **Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e redes**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Souza, F.; Noronha, R. 2021. **Codesign e economia solidária: construindo identidades com grupos produtivos no Maranhão**. X Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, 2020.

Spinuzzi, C. **The methodology of participatory design**. *Technical Communication*, v. 52, n. 2, p. 163–174, 2005.



**X Simpósio
de Design
Sustentável**
Mundos por vir_

X SDS 2025 - Sustainable Design Symposium

**3 a 5
DEZ
2025**

São Luís - MA



PPGDg UFMA
Programa de
Pós-graduação
em Design



INSTITUTO
FEDERAL
Maranhão

Winschiers-Theophilus, H.; Chivuno-Kuria, S.; Kapuire, G. K. **Decolonising participatory design: Memory making in Namibian rural communities.** *CoDesign*, v. 17, n. 3, p. 222–236, 2021

Winschiers-Theophilus, H. ; Smith, R. C. ; Amstel, F. van et al. **Decolonisation and Participatory Design.** Routledge International Handbook of Contemporary Participatory Design, 2025. pp. 111-137